

## **Concurso Público**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS SISTEMAS DE  
EXPLORAÇÃO DA ÁGUAS DO NORTE, S.A.

**PRC\_0295/2023\_STI**

**CADERNO DE ENCARGOS**

# CLÁUSULAS GERAIS

## Capítulo I - Disposições gerais

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### (Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de Serviços de Telecomunicações para os Sistemas de Exploração da Águas do Norte, S.A., de acordo com as disposições constantes do **ANEXO I** e **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos.
2. Os serviços de telecomunicações a executar destinam-se às moradas melhor identificadas no **ANEXO II** do Caderno de Encargos.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### (Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### (Preço base)

1. O preço base do procedimento é, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, de **398 703,20 EUR (trezentos e noventa e oito mil e setecentos e três euros e vinte cêntimos)**, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. Fixam-se ainda preços base para cada Lote, de acordo com o seguinte:
  - Lote 1 - Minho - **235 839,76 EUR (duzentos e trinta e cinco euros e oitocentos e trinta e nove euros e setenta e seis cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado;
  - Lote 2 – Douro - **162 863,44 EUR (cento e sessenta e dois euros e oitocentos e sessenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
3. Não obstante o definido nos dois números anteriores, fixam-se também preços base unitários, conforme definido no Anexo IV do Programa do Procedimento - Lista de Preços Unitários.
4. Os parâmetros base fixados no preceito anterior representam os preços máximos que a **Águas do Norte, S.A.** se dispõe a pagar pela aquisição objeto do contrato a celebrar.
5. A violação do preço base implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### (Prazo)

1. Os contratos mantêm-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar a prestação de serviços que constitui objeto dos contratos, para cada lote, pelo período correspondente a **36 (trinta e seis) meses**, contados da data neles a fixar, ou até perfazer o preço total estimado da proposta adjudicada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.
2. Nos termos e para os efeitos do número anterior, os contratos iniciam a sua vigência, no máximo, em 28/03/2024, contudo essa data pode ser antecipada em virtude da eventual caducidade dos contratos atualmente em vigor ou adiada em consequência de algum acontecimento imprevisto.
3. Quando se verifique a necessidade de antecipação ou adiamento da data referida no número anterior, a Águas do Norte, S.A. comunica cocontratante, por escrito, a data a partir da qual se inicia a execução do contrato, sendo a partir dessa comunicação, a qual pode

ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão de eletrónica de dados, que o contrato começará a produzir efeitos.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º II do Anexo I do Caderno de Encargos, os diversos tipos de trabalhos deverão ser executados, pelo adjudicatário, após:
  - a) Notificação escrita da **Águas do Norte, S.A.**, com indicação do tipo de trabalhos a executar; e/ou
  - b) Validação pela **Águas do Norte, S.A.** da proposta de trabalhos a executar apresentada por escrito pelo adjudicatário.
5. A notificação a que alude o número anterior deverá ser efetuada por escrito, podendo ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados.

## Capítulo II - Obrigações contratuais

### Secção I - Obrigações do adjudicatário

#### Subsecção I – Disposições gerais

##### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### (Obrigações principais do adjudicatário)

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, como obrigação principal, a execução dos serviços de telecomunicações que constam no **ANEXO I** e **ANEXO II** do Caderno de Encargos, nomeadamente:
  - a) Nos termos do contrato a celebrar, o adjudicatário obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato;
  - b) O adjudicatário obriga-se a inteirar-se, em cada local de execução, das condições da realização do objeto do contrato, pelo que não serão admitidas quaisquer reclamações baseadas no desconhecimento e na falta de previsão do volume e natureza dos trabalhos a executar;
  - c) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao contraente público e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato;
  - d) Garantir junto do contraente público, a implementação da solução técnica e funcional constante da proposta;

- e) Respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, nomeadamente, a Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), na sua versão mais atualizada.
  - f) Reduzir automaticamente os preços dos serviços, em função de alterações determinadas pela entidade reguladora (ICP – ANACOM), durante a vigência do contrato celebrado com o contraente público, bem como por força do disposto em normas legais nacionais ou comunitárias.
- 2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
  - 3. Constitui encargo do adjudicatário o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.
  - 4. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da **Águas do Norte, S.A.**.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **(Obrigações complementares)**

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:
  - a) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todas as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;
  - c) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões;
  - d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da **Águas do Norte, S.A.**;
  - e) Prestar as informações que forem solicitadas pela **Águas do Norte, S.A.**;
  - f) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços;
  - g) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.

2. No que se refere aos trabalhadores afetos à presente prestação de serviços, o Adjudicatário fica ainda obrigado às seguintes condições:
  - a) Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP;
  - b) O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;
  - c) O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual;
  - d) A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP;
  - e) A **Águas do Norte, S.A.** poderá exigir ao adjudicatário, em qualquer momento, as evidências do cumprimento desta obrigação.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **(Forma da prestação de serviços)**

1. A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da **Águas do Norte, S.A.** e em datas a acordar.
2. O adjudicatário deverá emitir um relatório de atividade, com periodicidade semestral, com a seguinte informação:
  - Por cada tipologia de serviço contratado, deverão constar, por local, o código de identificação de cada um dos serviços de telecomunicações ativos, com a menção das respetivas datas de período de faturação mensal e valores de faturação;
  - Descrição das ocorrências, detalhe técnico da causa apurada e forma de mitigação/resolução, bem como medidas eventualmente tomadas para evitar futuras situações idênticas;
  - Indicadores de disponibilidade da rede;
  - Indicadores de desempenho da rede.
3. Os relatórios semestrais, deverão ser enviados em formato digital (pdf), para os endereços de correio eletrónico, que serão indicados posteriormente pelo contraente público, em sede de execução do contrato.
4. Caso existam alterações aos serviços de telecomunicações instalados, levadas a cabo pelo adjudicatário, nomeadamente upgrades de firmware, alterações de configurações, entre

outros, o relatório acima descrito, deverá ser realizado, excecionalmente, no final do respetivo mês em curso.

### Cláusula 8.<sup>a</sup>

#### (Conformidade e operacionalidade, Inspeção e Aceitação)

1. Efetuada a instalação dos serviços, a **Águas do Norte, S.A.**, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 30 (trinta) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se estes correspondem às quantidades estabelecidas no presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. No caso da demonstração de conformidade e os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos, a **Águas do Norte, S.A.** deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
3. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela **Águas do Norte, S.A.**, ao suprimento e correção das irregularidades e desconformidades apresentadas, garantindo o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
4. Durante a fase de realização das correções, o adjudicatário deve prestar à **Águas do Norte, S.A.** toda a cooperação e todos os esclarecimentos entendidos necessários, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
5. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a **Águas do Norte, S.A.** procede à realização de uma nova inspeção nos termos do n.º 1.
6. Caso a inspeção, comprove a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, consideram-se os mesmos aceites.
7. O adjudicatário obriga-se a manter os serviços objeto do presente contrato, durante todo o prazo da sua execução, em total operacionalidade e observância das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargo, bem como a sua conformidade com as exigências legais.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **(Transferência da propriedade)**

1. Os elementos apresentados pelo adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da **Águas do Norte, S.A.**, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **(Conformidade e garantia técnica)**

1. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à **Águas do Norte, S.A.**, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **(Objeto do dever de sigilo)**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **Águas do Norte, S.A.**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **(Prazo do dever de sigilo)**

1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição

subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **(Proteção de dados pessoais e RGPD)**

- I. O adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação de proteção de dados aplicável, em particular o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, adiante, RGPD, bem como a Lei de Execução Nacional aprovada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no decurso do procedimento concursal, assim como durante a vigência do contrato, nomeadamente as seguintes:
  - a) Garantir a confidencialidade dos dados pessoais a que tenha ou venha a ter acesso por via do presente procedimento ou do contrato, ou qualquer ato relacionado direta ou indiretamente a decorrer deste, nomeadamente, assegurando que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - b) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso por via do presente, apenas para as finalidades previstas no presente Caderno de Encargos e no respetivo contrato e segundo as instruções da **Águas do Norte, S.A.**;
  - c) Informar a **Águas do Norte, S.A.** caso considere que alguma das instruções por esta providenciada possa dar origem ao incumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
  - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas de segurança adequadas a assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados pessoais, bem como a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento, designadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD, a fim de impedir a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos dados pessoais;
  - e) Não subcontratar o tratamento de dados pessoais da entidade adjudicante sem a sua prévia autorização escrita;
  - f) Em caso de autorização de subcontratação, impor ao subcontratado as obrigações em matéria de proteção de dados estabelecidas no presente Caderno de Encargos;
  - g) Notificar a **Águas do Norte, S.A.** de quaisquer transferências de dados pessoais para país fora do Espaço Económico Europeu e que não apresente um nível adequado de proteção;
  - h) Informar a **Águas do Norte, S.A.**, com a maior brevidade possível, em caso de efetivo ou potencial incidente de violação de dados pessoais;

- i) Prestar assistência à **Águas do Norte, S.A.** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, bem como as obrigações estabelecidas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
  - j) Disponibilizar à **Águas do Norte, S.A.** todas as informações necessárias para que sejam cumpridas todas as obrigações a que o adjudicatário esteja sujeito, contribuindo para auditorias, inspeções e demais fiscalizações conduzidas pelo Responsável pelo Tratamento, quando necessário e aplicável;
  - k) Sensibilizar o pessoal autorizado no âmbito do tratamento dos dados para as questões relacionadas com privacidade, proteção de dados e segurança da informação, garantindo ainda a necessária formação ao correto manuseamento dos mesmos;
  - l) Finda a prestação de serviços, apagar ou devolver, segundo o critério da **Águas do Norte, S.A.**, todos os dados pessoais tratados por sua conta, apagando as cópias existentes, sem prejuízo de conservação posterior que seja legalmente exigida.
2. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela **Águas do Norte, S.A.** ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **Águas do Norte, S.A.** ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela **Águas do Norte, S.A.**.
4. Caso o adjudicatário subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da **Águas do Norte, S.A.**, nos termos previstos no CCP) para a prestação de serviços previamente definidos pela **Águas do Norte, S.A.**, o adjudicatário será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
- a) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - b) Prestar à **Águas do Norte, S.A.**, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado

ao abrigo do contrato e manter a **Águas do Norte, S.A.**, informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à **Águas do Norte, S.A.**;

- c) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;
  - d) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
  - e) Prestar a assistência necessária à **Águas do Norte, S.A.** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.
7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a **Águas do Norte, S.A.**, venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 6 da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário/prestador de serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.
9. O adjudicatário deverá assinar, como anexo ao Contrato, o Acordo de Confidencialidade – **Anexo III**, ao presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **(Interoperabilidade digital)**

- I. O adjudicatário obriga-se a executar o contrato em conformidade com as normas abertas:
  - i. Lei n.º 36/2011, de 21 de junho - Adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado;
  - ii. RCM n.º 91/2012, de 8 de novembro - Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital.

## **Secção II - Obrigações da Águas do Norte, S.A.**

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **(Preço contratual)**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **Águas do Norte, S.A.** deve pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Exceptua-se do disposto no número anterior, o regime de desconto expressamente estabelecido na parte V, do Anexo I do Caderno de Encargos, aplicável às situações excecionais em que não seja possível a implementação de uma das tecnologias solicitadas (tecnologia circuito principal ou tecnologia circuito backup) para as respetivas infraestruturas.
3. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual a **Águas do Norte, S.A.** apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.
4. As quantidades apresentadas no presente de Caderno de Encargos, são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.
5. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas nas Cláusulas deste Caderno Encargos, o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º I do artigo 381.º, aplicável de acordo com n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.
6. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **Águas do Norte, S.A.**, nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
7. Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **(Condições de pagamento)**

1. As quantias devidas pela **Águas do Norte, S.A.**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela **Águas do Norte, S.A.** das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação dos serviços objeto do contrato, salvo se os mesmos se mostrarem desconformes, na sequência da inspeção a que alude a Cláusula 8.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.
3. Em caso de discordância por parte da **Águas do Norte, S.A.**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### Cláusula 17.<sup>a</sup>

#### (Faturação)

1. As faturas a apresentar pelo cocontratante à Águas do Norte, S.A. devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, sendo acompanhadas de relatórios discriminados justificativos do tempo efetivamente gasto na execução dos serviços.
2. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar, quando aplicável, todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
3. As faturas são emitidas eletronicamente pelo cocontratante e deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o cocontratante não tenha ainda aderido a este portal deve efetuar os seguintes passos:
  - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
  - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedor.aspx#maintabl>
  - c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU)
5. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em [https://www.adp.pt/downloads/file427\\_pt.pdf](https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf)
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Águas do Norte, S.A. não será objeto de qualquer cobrança adicional.
7. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à Águas do Norte, S.A., às prestações devidas não acrescem quaisquer juros de mora.

8. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
9. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **(Erros e omissões do caderno de encargos)**

1. O Adjudicatário deve, no prazo de 60 dias contados da data da celebração do contrato, reclamar sobre a existência de erros ou omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução do contrato, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos serviços complementares de suprimento desses erros e omissões.
2. O Adjudicatário é ainda responsável pelos serviços complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não podendo objetivamente ser detetados na fase de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante a **Águas do Norte, S.A.**:
  - a) Deve a **Águas do Norte, S.A.** exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;
  - b) Fica o Adjudicatário sub-rogado no direito de indemnização que assiste à **Águas do Norte, S.A.** perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto dos n.ºs 1 e 2 da presente Cláusula.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

#### **(Acompanhamento e controlo do contrato)**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** poderá requerer ao Adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do contrato.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
3. O adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável pela execução do contrato.

4. Após a assinatura do contrato, o adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos serviços poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável.
6. O adjudicatário deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de um telemóvel, facultando o respetivo número à **Águas do Norte, S.A.**
7. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a **Águas do Norte, S.A.** e o adjudicatário. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **(Seguros e Encargos Sociais)**

1. Seguro de Responsabilidade Civil
  - a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à **Águas do Norte, S.A.** em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
  - b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
  - c) O Adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 50.000,00 EUR (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.
2. Seguro de Acidentes de Trabalho
  - a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal;
  - b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas.
4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
5. A **Águas do Norte, S.A.** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

## **Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução**

### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **(Penalidades contratuais)**

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento dos prazos de resposta a serviços previstos no Anexo II do Caderno de Encargos (“Tempo de reposição do serviço”), 2% (dois por cento) sobre o valor de faturação, relativa aos meses em que se verificou o incumprimento nos tipos de serviços abrangidos, por cada ½ dia (12 horas) de atraso;
  - b) Pelo incumprimento das datas e prazos de instalação das infraestruturas e equipamentos necessários para a prestação dos serviços do contrato, nos termos da parte II do Anexo I do Caderno de Encargos, 50,00 EUR (cinquenta euros), por cada dia de atraso;
  - c) Pelo incumprimento na resolução das avarias, que causem interrupções da operação das instalações, nos termos do ponto x. e seguintes, da alínea c), da parte VII do Anexo I do Caderno de Encargos, 5% (cinco por cento) sobre o valor de faturação, relativa aos meses em que se verificou o incumprimento nos tipos de serviços abrangidos, por cada dia de interrupção.
  - d) Pelo atraso na atualização dos equipamentos de rede, que garantam todos os requisitos de segurança, 1% (um por cento) sobre o valor de faturação, relativa aos meses em que se verificou o incumprimento nos tipos de serviços abrangidos, por cada ocorrência identificada.

2. A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a **Águas do Norte, S.A.** pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas previstas no n.º I, que tenham determinado a respetiva resolução.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **Águas do Norte, S.A.** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A **Águas do Norte, S.A.** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, da mobilização das garantias prestadas.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a **Águas do Norte, S.A.** exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **(Força maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução por parte da Águas do Norte, S.A.)**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a **Águas do Norte, S.A.** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;
  - b) Declaração do adjudicatário em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente caderno de encargos e da qual resulte perda do interesse da **Águas do Norte, S.A.** na prestação contratual.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela **Águas do Norte, S.A.**

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **(Incumprimento imputável à Águas do Norte, S.A.)**

1. Se a **Águas do Norte, S.A.** praticar ou der causa a facto de onde resulte maior dificuldade na execução do contrato, com agravamento dos encargos respetivos, o adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos e com os efeitos do

disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 282.º do CCP, que constitui disciplina do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **(Responsabilidades)**

- I. O adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da **Águas do Norte, S.A.**, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º I, do artigo 296.º do *Código dos Contratos Públicos*.

## **Capítulo IV - Resolução de litígios**

#### **Cláusula 26.ª**

##### **(Foro competente)**

- I. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V - Disposições Finais**

#### **Cláusula 27.ª**

##### **(Regulamentos dos fornecedores)**

- I. O Regulamento dos Fornecedoros da **Águas do Norte, S.A.** disponível no site da Águas do Norte, S.A. <http://www.adnorte.pt/index.php?id=109> deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **(Cessão da posição contratual e Subcontratação)**

- I. A **Águas do Norte, S.A.** pode, a todo o tempo, e mediante mera notificação escrita ao adjudicatário, ceder a sua posição contratual.

2. A cessão e a subcontratação pelo adjudicatário carece de autorização prévia e escrita da **Águas do Norte, S.A.**, sendo admitida nos termos dos artigos do Capítulo VI do CCP.
3. Verificando-se o incumprimento, pelo adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do contrato, a **Águas do Norte, S.A.** pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cedência da posição contratual do adjudicatário ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato em execução, pela ordem sequencial daquele procedimento.
4. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a **Águas do Norte, S.A.** interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos serviços.
5. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
6. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da **Águas do Norte, S.A.**, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
7. Os direitos e obrigações da **Águas do Norte, S.A.**, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
8. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 6 desta cláusula apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
9. A caução e as garantias prestadas pelo cedente são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas 6 (seis) meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela **Águas do Norte, S.A.** aos respetivos depositários ou emitentes.
10. A posição contratual do cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **(Comunicações e notificações)**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do *Código dos Contratos Públicos*, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 30.<sup>a</sup>**

**(Contagem dos prazos)**

- I. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 31.<sup>a</sup>**

**(Legislação aplicável)**

- I. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## ANEXO I

### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

#### I. Descrição Geral

a) A solução proposta deve contemplar os seguintes itens:

- a) Ligações a uma VPN para as instalações da **Águas do Norte, S.A.**, discriminadas no Anexo II do Caderno de Encargos, incluindo os Routers associados à solução proposta;
- b) A operação, manutenção e gestão dos equipamentos da rede.

b) De realçar que o Adjudicatário deverá garantir a manutenção do plano de endereçamentos privados, atualmente em vigor na **Águas do Norte, S.A.**, de acordo com as normas RIPE, mantendo os atuais IP fixos atribuídos individualmente a cada um dos locais.

#### II. Instalação

- a) Após o início da vigência do contrato, nos termos da Cláusula 4.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos, o cocontratante obriga-se a assegurar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a instalação de qualquer dos serviços de telecomunicações previstos, contados a partir da data dessa solicitação pelo contraente público, por escrito, por qualquer meio eletrónico de transmissão de dados.
- b) As datas de instalação previstas para o Lote 1 e para o Lote 2, dependem do efetivo término dos contratos atualmente em vigor para as aludidas infraestruturas, o qual poderá ocorrer pelo término do respetivo período de vigência ou antecipadamente pelo esgotar do respetivo preço contratual, pelo que são meramente indicativas.
- c) Desde já, se referindo que a data de instalação prevista para o Lote 1 poderá ser antecipada para o dia 01/10/2023, uma vez que é previsível que o contrato em vigor esgote precocemente o seu preço contratual nessa data.
- d) Caso o mesmo não seja possível, deverá o cocontratante instalar, mediante sua proposta e aceitação pelo contraente público, soluções temporárias que assegurem o funcionamento mínimo da solução final que se pretende instalar.

#### III. Cancelamento dos serviços

O cocontratante obriga-se a assegurar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a desmontagem de qualquer serviço de telecomunicações e a retirada de todo e qualquer equipamento que se encontre instalado em regime de aluguer, contados a partir da data dessa solicitação pelo

contraente público, sem custos acrescidos para este, assim como a imediata suspensão da faturação.

#### **IV. Solução VPN**

a) A solução proposta deve criar um ambiente que permita que todos os locais comuniquem com qualquer outro.

b) Para cada local devem ser propostas ligações à VPN, com conectividades específicas.

c) As conectividades à VPN devem permitir por um lado que a voz tenha qualidade de serviço na rede, e por outro que não haja uma reserva fixa de débito para voz de modo que todo o débito possa ser usado para dados quando não há transmissão voz.

d) As conectividades devem ser feitas obrigatoriamente em cabo de fibra ótica tanto no Lote I, como no Lote II (excepto no que concerne ao item 4 do Lote 2 – “Circuito tecnologia Satélite”).

e) Em ambos os Lotes o circuito de redundância (BACKUP) será de 4G/5G.

f) Todos os locais deverão ser avaliados quanto à cobertura e serviço do 5G e só deverá ser equacionado o 4G, com evidência técnica da ausência de serviço 5G, por local.

g) Se aplicável, os equipamentos de 4G terão de ter antenas exteriores a reforçar o sinal e não se aceitam modems interligados.

h) Exceptuar-se-á do disposto nas alíneas e) a g), as causas e os motivos não imputáveis ao adjudicatário, que impossibilitem a correta e idónea instalação do circuito de redundância (BACKUP) em 4G e 5G.

i) Nesta circunstância, o adjudicatário deverá submeter uma solução de BACKUP alternativa à Águas do Norte, S.A., nomeadamente VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX, apresentado uma proposta, por escrito, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados, acompanhada do respetivo relatório de apreciação positiva da ANACOM.

j) Em última circunstância, a solução poderá ser em Fibra ótica, desde que sejam apresentados previamente os projetos do traçado que evidencie caminho alternativo da solução principal.

k) Sendo que, neste âmbito nunca serão aceites soluções em ADSL.

l) O pedido de solução alternativa deve ser expressamente aceite pela entidade adjudicante, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados e não poderá implicar qualquer alteração dos preços unitários oferecidos pela entidade selecionada.

m) O serviço deve fornecer uma "conectividade IP" em ambiente de rede privada e segura, baseada numa infraestrutura IP partilhada e de alto débito.

n) O serviço deverá ser caracterizado como um serviço flexível e escalável, de modo a acompanhar os reais requisitos de crescimento das redes da **Águas do Norte, S.A.**

#### **V. Alterações supervenientes às condições de pagamento**

Caso seja evidenciada a impossibilidade do adjudicatário, por causa não imputável ao próprio, devidamente justificada, para proceder à instalação de um dos circuitos - principal ou backup - em alguma das infraestruturas previstas, aplicar-se-á, indiferenciadamente, uma percentagem fixa de desconto sobre o respetivo preço unitário proposto, por mensalidade, no valor de 75%.

#### **VI. Tempo de reposição do serviço**

- a) O tempo de reposição de serviço para estes locais está apresentado no Anexo II. O tempo de reposição depende da criticidade da infraestrutura como indicado no Anexo II.
- b) A contagem do tempo é iniciada imediatamente após a participação da avaria (TICKET).

#### **VII. Manutenção, gestão e operação dos equipamentos de rede**

a) Para a prestação dos serviços de comunicação de dados serão cedidos, pelo Adjudicatário, os equipamentos necessários.

b) Para cada um dos acessos serão fornecidos, em regime de aluguer mensal, equipamento de rede multiserviços, sendo a operação, manutenção e gestão responsabilidade do Adjudicatário, cujas características mínimas são:

- i. Suportar tráfego IP;
- ii. Disponibilizar porta *Ethernet*;
- iii. Suportar mais do que uma VLAN;
- iv. Efetuar priorização do tráfego de dados, através do condicionamento do débito de redes, a fim de otimizar o uso da largura de banda disponível;
- v. Suportar NAT *Network Address Translation*;
- vi. Suporte de IPV4 e IPV6;
- vii. Gestão SNMP;
- viii. Suportar GRE/MGRE;
- ix. Suportar tecnologia L2VPN.

c) A manutenção, gestão e operação dos equipamentos de rede, quer dos acessos principais quer dos acessos secundários de *backup*, são também responsabilidade do Adjudicatário, cujas características mínimas serão:

- i. Suporte telefónico para registo, tratamento e encaminhamento de ocorrências, 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana;
- ii. Intervenção remota ou local para reconfigurações;
- iii. Reconfigurações em horário normal de trabalho (9H-18H00), sendo efetuadas num prazo máximo de 4 a 8 (oito) horas úteis após envio do pedido. Todas as reconfigurações que possam implicar interrupção de serviço serão confirmadas previamente antes de serem executadas;
- iv. O registo e gestão das configurações iniciais e das reconfigurações, sejam elas de software ou hardware, ficam a cargo do Adjudicatário;
- v. Resolução de problemas de hardware e software 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- vi. O Adjudicatário deverá apresentar à **Águas do Norte, S.A.**, um gestor técnico dedicado para alterações que se verifiquem necessárias durante a vigência do contrato.
- vii. Em caso de avaria que implique a total substituição do equipamento, o eventual hardware substituto deverá ser sempre da mesma marca modelo avariado ou em alternativa do mesmo fabricante com equivalentes funcionalidades;
- viii. Fornecimento de peças e atualizações para resolução de avarias;
- ix. Atualizações periódicas de *firmware*;
- x. Deslocação ao local para resolução de avarias 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias/semana;
- xi. Tempo de reposição de serviço de acordo com o previsto no Anexo II em toda a área de concessão da **Águas do Norte, S.A.** A contagem do tempo é iniciada imediatamente após a participação da avaria. Supervisão da rede, com tarefas de vigilância pró-ativa da conectividade, 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias/semana.

## VIII. Acesso - Lote I

a) A VPN-IP MPLS deverá garantir à **Águas do Norte, S.A.** um ambiente seguro totalmente segregado do mundo da Internet, com um elevado desempenho, elevada disponibilidade, elevada escalabilidade, e simplicidade de implementação de mecanismos que permitam dar prioridade diferenciada do tráfego IP, QoS, multicast, etc.

b) O serviço deverá estabelecer de forma permanente a ligação lógica à VPN-IP da **Águas do Norte, S.A.**, configurada na rede de transporte do Adjudicatário, com largura de banda garantida, sem contenção no acesso e com tráfego ilimitado e preço fixo.

c) Os acessos da rede devem oferecer, elevadas velocidades de acesso, com débitos garantidos conforme Anexo II.

d) Todos os serviços e equipamentos do acesso principal, não obstante a largura de banda solicitada no Anexo II, deverão admitir conectividades até 1 Gbps e o máximo débito permitido da tecnologia proposta como solução redundante capazes de suportar tráfego intenso, crítico e ilimitado, com possibilidade de ativação de funcionalidades de QoS IP, de forma a suportar as soluções VoIP da **Águas do Norte, S.A.**

e) Devem ser instalados 2 (dois) Routers por local de forma a assegurar redundância de equipamento e alta disponibilidade de serviço

f) Nesse sentido, devem ser usados protocolos de *routing* dinâmicos, para garantir a alta disponibilidade, para que mesmo durante uma falha, a rede tenha um equipamento em funcionamento atuando como *gateway* padrão

g) Deverá ser possível a configuração de protocolos de túnel enquadrados na VPN MPLS, com o objetivo, entre outros, de criar uma rede *guest*, tanto no router principal como no router de backup

h) O serviço deverá apresentar um elevado nível de disponibilidade de serviço, no mínimo de 99,8% (noventa e nove vírgula oito por cento) e oferecer um tempo máximo de reparação de 4 e 8 (oito) horas úteis, conforme apresentado no Anexo II.

i) O serviço deverá ter associado um suporte telefónico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

j) O adjudicatário terá de ter uma supervisão 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, que monitorize as conectividades e comunicar ao responsável da Águas do Norte, S.A., as avarias ou falhas de conectividade com cada um dos pontos, imediatamente após a respetiva falha.

## **IX. Acesso - Lote II**

a) A VPN-IP MPLS deverá garantir à **Águas do Norte, S.A.** um ambiente seguro totalmente segregado do mundo da Internet, com um elevado desempenho, elevada disponibilidade, elevada escalabilidade, e simplicidade de implementação de mecanismos que permitam dar prioridade diferenciada do tráfego IP, QoS, multicast, etc.

b) O serviço deverá estabelecer de forma permanente a ligação lógica à VPN-IP da **Águas do Norte, S.A.**, configurada na rede de transporte do Adjudicatário, com largura de banda garantida, sem contenção no acesso e com tráfego ilimitado e preço fixo.

c) Os acessos da rede devem oferecer, elevadas velocidades de acesso, com débitos garantidos conforme anexo II.

d) Todos os serviços e equipamentos do acesso principal, não obstante a largura de Banda solicitada no Anexo II, deverão admitir conectividades até 1 Gbps e o máximo débito permitido da tecnologia proposta como solução redundante capazes de suportar tráfego intenso, crítico e ilimitado, com possibilidade de ativação de funcionalidades de QoS IP, de forma a suportar as soluções VoIP da **Águas do Norte, S.A.**.

e) Devem ser instalados 2 (dois) Routers por local de forma a assegurar redundância de equipamento e alta disponibilidade de serviço.

f) Nesse sentido, devem ser usados protocolos de *routing* dinâmicos, para garantir a alta disponibilidade, para que mesmo durante uma falha, a rede tenha um equipamento em funcionamento atuando como *gateway* padrão.

g) Deverá ser possível a configuração de protocolos de túnel enquadrados na VPN MPLS, com o objetivo, entre outros, de criar uma rede guest, tanto no router principal como no router de backup.

h) O serviço deverá apresentar um elevado nível de disponibilidade de serviço, no mínimo de 99,8% (noventa e nove vírgula oito por cento) e oferecer um tempo máximo de reparação de 4 e 8 (oito) horas úteis, conforme apresentado no Anexo II.

i) O serviço deverá ter associado um suporte telefónico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

j) O adjudicatário terá de ter uma supervisão 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, que monitorize as conectividades e comunicar ao responsável da Águas do Norte, S.A., as avarias ou falhas de conectividade com cada um dos pontos, imediatamente após a respetiva falha.

## ANEXO II

### LISTA DE SERVIÇOS A EXECUTAR E RESPECTIVAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

#### LOTE I - Minho

Item	Infraestrutura	Data de instalação prevista	Latitude	Longitude	Tecnologia Circuito Principal	Débito / Upload e Download (Mbps)	Tecnologia Circuito Backup	Tempo de reposição do Serviço	Quantidades estimadas (em meses)
1	Circuito Principal - DataCenter Areias de Vilar	01/10/2023	41.545060	- 8.542777	Fibra Ótica	1000/1000	N.A.	4 horas lineares	36
2	Circuito Backup - Disaster Recovery ETA de LEVER	01/10/2023	41.073706	- 8.474409	Fibra Ótica	500/500	N.A.	8 horas lineares	36
3	A Definir pela Adnorte *	A definir	Viana do Castelo		Fibra Ótica	500/500	N.A.	4 horas lineares	36
4	A Definir pela Adnorte *	A definir	Viana do Castelo		Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
5	EE3	01/10/2023	42.066.135	- 8.375.531	Fibra Ótica	10 / 10	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
6	EE4	01/10/2023	42.092.114	- 8.276.896	Fibra Ótica	10 / 10	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
7	ETA AZERE	01/10/2023	41.860.933	- 8.410.517	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
8	ETA CASTANHEIRA	01/10/2023	41.886.464	- 8.549.968	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
9	ETA CAVADA	01/10/2023	41.889.193	- 8.781.915	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou	8 horas lineares	36

							Micro-ondas ou WIMAX		
10	ETA INSALDE	01/10/2023	41.951.288	- 8.535.064	Fibra Ótica	20/20	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
11	ETA LAPELA	01/10/2023	42.055.329	- 8.528.549	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
12	ETA VALADA	01/10/2023	41.803.209	- 8.845.314	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
13	ETAR ARCOS DE VALDEVEZ	01/10/2023	41.818.467	- 8.417.050	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
14	ETAR BARBEITA / CEIVÃES	01/10/2023	42.073.411	- 8.390.971	Fibra Ótica	20/20	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
15	ETAR BARROSELAS	01/10/2023	41.636.464	- 8.714.873	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
16	ETAR CAMINHA	01/10/2023	41.867.328	- 8.829.335	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
17	ETAR CAMPOS	01/10/2023	41.976.742	- 8.713.105	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
18	ETAR DA GELFA	01/10/2023	41.798.409	- 8.863.437	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36

							Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX		
19	ETAR LANHESES	01/10/2023	41.737.983	- 8.665.317	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
20	ETAR MELGAÇO	01/10/2023	42.112.182	- 8.264.273	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
21	ETAR MONÇÃO	01/10/2023	42.075.914	- 8.508.696	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
22	ETAR PAREDES DE COURA	01/10/2023	41.915.851	- 8.592.118	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
23	ETAR PONTE DA BARCA	01/10/2023	41.804.300	- 8.434.800	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
24	ETAR PONTE DE LIMA	01/10/2023	41.761.583	- 8.604.600	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
25	ETAR REMOÃES	01/10/2023	42.109.767	- 8.289.200	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
26	ETAR V. N. CERVEIRA	01/10/2023	41.931.533	- 8.750.942	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36

27	ETAR VALENÇA	01/10/2023	42.012.061	- 8.655.403	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
28	ETAR VIANA DO CASTELO/CIDADE	01/10/2023	41.706.710	- 8.857.596	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	4 horas lineares	36
29	ETAR VIANA DO CASTELO/ZI	01/10/2023	41.660.883	- 8.807.100	Fibra Ótica	100/100	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	4 horas lineares	36
30	RES. PADERNE	01/10/2023	42.079.000	- 8.268.300	Fibra Ótica	10 / 10	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
31	RES. SRA. GRAÇA	01/10/2023	42.062.361	- 8.356.468	Fibra Ótica	10 / 10	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
<b>Item</b>	<b>Serviços adicionais de Débito / Upload e Download (Mbps)</b>	<b>Quantidades estimadas</b>							
32	Incrementos de 10 Mbps às larguras de banda nas mensalidades das infraestruturas supra.	50 incrementos nas mensalidades							

(\*) Infraestruturas não previstas na fase de elaboração do presente procedimento mas que venham a ser necessárias ser objeto da execução dos serviços previstos no contrato.

(\*\*) Os equipamentos de 4G terão de ter antenas exteriores a reforçar o sinal e não se aceitam modems interligados.

## LOTE 2 - Douro

Item	Infraestrutura	Data de instalação prevista	Latitude	Longitude	Tecnologia a Circuito Principal	Débito / Upload e Download (Mbps)	Tecnologia a Circuito Backup	Tempo de reposição do Serviço	Quantidades estimadas (em meses)
1	Circuito Principal - DataCenter Areias de Vilar	01/03/2024	41.545060	-8.542777	Fibra Ótica	1000/1000	N.A.	4 horas lineares	36
2	Circuito Backup - Disaster Recovery ETA de LEVER	01/03/2024	41.073706	-8.474409	Fibra Ótica	500/500	N.A.	8 horas lineares	36
3	A Definir pela Adnorte *	A definir	Área concessão Águas do Norte, S.A.		Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
4	Circuito tecnologia Satélite *	A definir	Área concessão Águas do Norte, S.A.		Satélite	N/A	N/A	8 horas lineares	36
5	ETA Rabagão	01/03/2024	41.673.793	-8.002.752	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
6	ETA Alto Rabagão	01/03/2024	41.750.143	-7.850.569	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
7	ETAR Vila Pouca	01/03/2024	41.419.079	-7.680.455	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
8	ETA Ferradosa	01/03/2024	41.123.699	-6.834.151	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
9	ETA Arroio	01/03/2024	41.089.872	-6.997.901	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
10	ETA Arcossó	01/03/2024	41.781.444	-7.383.608	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou	8 horas lineares	36

							Micro-ondas ou WIMAX		
11	ETA Sambade	01/03/2024	41.399.167	-6.976.917	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
12	ETA Edroso	01/03/2024	41.912.700	-7.149.958	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
13	ETAR Mirandela	01/03/2024	41.473.639	-7.186.278	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
14	ETAR Valpaços	01/03/2024	41.588.806	-7.306.417	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
15	ETAR Foz Côa	01/03/2024	41.081.528	-7.128.361	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
16	ETAR Peso Régua	01/03/2024	41.148193	-7.816482	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
17	ETA Azibo	01/03/2024	41.553232	-6.902165	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
18	ETAR Cambres	01/03/2024	41.149075	-7.801772	Fibra Ótica	50/50	4G/5G ** (Máxima Largura Banda) ou VSAT ou Micro-ondas ou WIMAX	8 horas lineares	36
19	Sede Vila Real	01/03/2024	41.297775	-7.746214	Fibra Ótica	500/500	N/A	4 horas lineares	36

Item	Serviços adicionais de Débito / Upload e Download (Mbps)	Quantidades estimadas
20	Incrementos de 10 Mbps às larguras de banda nas mensalidades das infraestruturas supra.	50 incrementos nas mensalidades

(\*) Infraestruturas não previstas na fase de elaboração do presente procedimento mas que venham a ser necessárias ser objeto da execução dos serviços previstos no contrato.

(\*\*) Os equipamentos de 4G terão de ter antenas exteriores a reforçar o sinal e não se aceitam modems interligados.

### ANEXO III

#### ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

Entre:

Águas do Norte, S.A., sociedade anónima, com sede na Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, com matrícula na Conservatória de Registo Comercial e de identificação de pessoa coletiva número 513606084, com o capital social subscrito 111.061.732,00 EUR (cento e onze milhões, sessenta e um mil, setecentos e trinta e dois euros), aqui representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de xxxxxxxxxxxx do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários de representação, como Primeira Outorgante

e

(Nome da pessoa singular/coletiva), (dados de identificação da pessoa singular - nome, morada, cartão de cidadão ou BI, número fiscal) ou da pessoa coletiva (sede, registo comercial, representada por), adiante designado por “Subcontratado”,

Considerando:

- Os contactos iniciados pelas partes com a finalidade de desenvolver (nomeadamente, projetos, acesso remotos, ideias, auditorias, etc.);
- A necessidade, neste contexto, de troca de informações entre as partes, que assumem natureza reservada;
- Que tais informações constituem ativos críticos das respetivas partes, com valor próprio e independente da celebração futura de qualquer instrumento de colaboração entre si ou entre cada uma e quaisquer terceiros;

As partes celebram o presente **ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE**, submetido às seguintes cláusulas:

## **Cláusula Primeira**

### **(Objeto)**

- 1.1 O presente acordo tem por objeto garantir a confidencialidade e proteção da informação classificada como protegida, confidencial ou outra de igual significado, trocada entre as partes com a exclusiva finalidade fixada infra, na Cláusula Segunda.
- 1.2 Por informação protegida ou confidencial, adiante designada globalmente por “Informação”, entende-se toda a informação que, independentemente do suporte utilizado, conste ou se refira a:
- qualquer informação, elemento material ou tipos de documentos apresentados pela Primeira Outorgante relativos a este Acordo ou às suas atividades, ou na sua carteira de clientes, incluindo informações financeiras, operações, política de estratégia e procedimentos de negociação ou medidas internas, bem como informações sobre os produtos, representantes, relacionamento com fornecedores ou parceiros comerciais ou de negócios, segredos comerciais, *know-how*, estratégias e perspetivas de negócios;
  - qualquer informação, material, manuais e livros ou documentos enviados pela Primeira Outorgante ou obtidas pelo Segundo Outorgante durante as reuniões, discussões ou conversas formais com a Primeira Outorgante e/ou os seus representantes, colaboradores ou agentes que possam ser desenvolvidos e apresentados no decorrer dos serviços prestados à Primeira Outorgante;
  - qualquer rascunho, conceito, projeto, invenção, desenho, fotografia, esboço, diagrama, especificação, desenvolvimento, ideia artística, plano, comunicação, *software* e documentação relativa a programas de computador, registos, dados e bases de dados de qualquer natureza, gráficos, notas, modelos e amostras;
  - qualquer conhecimento obtido pelo Segundo Outorgante em consequência dos serviços prestados, bem como todos os tipos de informação sobre aspetos técnicos, financeiros, comerciais e/ou industriais, veiculados verbalmente, por escrito, em suporte magnético ou através de qualquer outro recurso telemático;
  - qualquer informação definida como dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de Abril de 2016.
- 1.3 As partes designar-se-ão “parte emissora” e “parte recetora” de acordo com a qualidade assumida, no âmbito do intercâmbio de Informação a regular.

## **Cláusula Segunda**

### **(Finalidade e extensão da divulgação)**

- 2.1 A Informação é divulgada com a exclusiva finalidade de desenvolver projetos ou ideias, sendo que a terceira parte deve estar abrangida por um acordo desta natureza com quaisquer outras partes.

- 2.2 O Primeiro e o Segundo Outorgantes comprometem-se a não usar, divulgar ou ceder a qualquer título, em Portugal ou no estrangeiro, a informação divulgada da contraparte para qualquer outra finalidade distinta da estipulada em 2.1, salvo autorização expressa da parte emissora.
- 2.3 O Recetor deve proteger a informação divulgada pelo Emissor utilizando o mesmo grau de cuidado que usa para prevenir a disseminação e publicação não autorizada da sua própria informação.
- 2.4 O Recetor deve adotar todas as medidas necessárias para impedir o uso indevido da informação por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso e deve assegurar os meios adequados à prevenção do extravio ou perda da informação, comunicando sempre ao Emissor a ocorrência de incidentes desta natureza no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ainda que esta comunicação não exclua a sua responsabilidade.
- 2.5 A parte recetora obriga-se, finda a finalidade referida na cláusula segunda, a restituir qualquer cópia, excerto ou parte dos elementos da Informação referidos supra em 1.2, no prazo de 8 (oito) dias, mediante mera solicitação da parte emissora.

### **Cláusula Terceira**

#### **(Confidencialidade)**

- 3.1 O Segundo Outorgante concorda em não usar a Informação Confidencial em qualquer forma ou produzir ou testar qualquer produto que incorpore a Informação Confidencial, exceto para as finalidades autorizados pela Primeira Outorgante.
- 3.2 Os fins permitidos devem constituir um documento escrito preparado pela Primeira Outorgante, sendo incluídos num documento autónomo, exclusivo e relacionado apenas com as suas disposições.
- 3.3 O Segundo Outorgante será responsável, caso hajam dúvidas, por inquirir junto do Primeiro Outorgante sobre o conteúdo da referida autorização, cabendo apenas a este último a responsabilidade pela interpretação e esclarecimento de tais dúvidas.
- 3.4 O Segundo Outorgante deve, antes de iniciar qualquer divulgação permitida, obter dos seus colaboradores a quem a informação confidencial irá ser divulgada ou que possam de alguma forma obter acesso a qualquer Informação Confidencial, o mesmo grau de confidencialidade a que se obrigou com a Primeira Outorgante.

### **Cláusula Quarta**

#### **(Divulgação a terceiros)**

- 4.1 No caso de o Segundo Outorgante necessitar de assistência de qualquer outra parte que não os seus colaboradores, aos quais a divulgação de qualquer Informação Confidencial é considerada necessária, deverá obter a aprovação por escrito da Primeira Outorgante da

admissão desse terceiro e, posteriormente, com ele celebrar um acordo vinculativo da mesma forma em que o Segundo Outorgante está vinculado perante a Primeira Outorgante nos termos deste acordo.

### **Cláusula Quinta**

#### **(Informação não protegida)**

5.1 Não se considera abrangido pelo dever de confidencialidade qualquer elemento da Informação:

- Cuja divulgação tenha sido expressamente autorizada pelo(s) proprietário(s). Tal autorização deve ser solicitada pela parte recetora e concedida pela parte emissora ou pelo(s) proprietário(s) por escrito no prazo de 8 (oito) dias úteis, findos os quais, na ausência de resposta, se considera indeferida a autorização;
- Que até ao momento da divulgação tenha sido publicado, tornado público ou que, de outra forma não se possa ignorar como pertencente ao domínio público;
- Tornado público após a divulgação ou pertencente ao domínio público por motivo não imputável à parte recetora, a título de dolo ou negligência;
- Que a parte recetora possa provar conhecer, por exibição de suporte escrito, em momento prévio ao seu recebimento;
- Recebido pela parte recetora de terceiros sem dever de confidencialidade, desde que estes tenham o direito de fornecer essa informação e que a mesma não tenha sido obtida por estes direta ou indiretamente da parte emissora ou do(s) proprietário(s) sob condição de confidencialidade;
- Que a parte recetora seja obrigada, por lei ou decisão judicial, a divulgar, desde que a esta notifique imediatamente a parte emissora e coopere de forma razoável com os esforços empreendidos por esta para contestar ou limitar o âmbito de tal divulgação;
- Que seja desenvolvida de forma independente pelo recetor.

5.2 O ónus da prova de todas as exceções à obrigação de confidencialidade previstas em 5.1 recai sobre a parte recetora ou sobre os coproprietários.

### **Cláusula Sexta**

#### **(Propriedade e integridade da informação)**

6.1 A Informação é da primeira Outorgante se este for a parte emissora. Se a parte emissora for o segundo outorgante a Informação é pertencente ao segundo outorgante.

6.2 Todos os processos que envolvam venda da Informação, por parte do segundo outorgante (sendo este a parte emissora) a uma terceira entidade (não abrangida pela Primeira Outorgante), são feitos apenas entre o segundo outorgante e a terceira entidade, tendo em

conta que ambas as partes devem assegurar que os custos associados ao desenvolvimento da ideia têm de ser cobertos na sua totalidade.

- 6.3 Quando a Primeira Outorgante se encontra na posse da Informação e é a entidade emissora, através do método descrito em 3.2, este vê-se na sua total liberdade para poder continuar a desenvolver a ideia.
- 6.4 O(s) proprietário(s) não garante(m), direta ou indiretamente, no âmbito do presente acordo, a proteção da Informação em sede, designadamente, de direitos de autor ou de propriedade industrial.

### **Cláusula Sétima**

#### **(Dever de notificação)**

- 7.1 O Segundo Outorgante deve imediatamente notificar por escrito a Primeira Outorgante sobre qualquer violação ou ameaça de violação das disposições do presente Acordo da qual tome conhecimento, causada por si, seus colaboradores, ex-colaboradores e/ou qualquer terceiro.

### **Cláusula Oitava**

#### **(Duração)**

- 8.1 O presente acordo entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes, ficando a parte recetora vinculada ao presente compromisso de confidencialidade, nos exatos termos supra estipulados, por tempo indefinido, contados desde a data de assinatura deste acordo.
- 8.2 As partes poderão, por acordo e a todo o tempo, revogar ou alterar, no todo ou em parte, as disposições do presente acordo, conquanto não seja posta em causa a confidencialidade da Informação.
- 8.3 Os seus efeitos podem igualmente cessar mediante a celebração de um qualquer compromisso contratual entre os Outorgantes no qual seja estipulada a confidencialidade da Informação, sendo assim substituídos os termos deste contrato, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 8.4 Em caso algum estão todavia as partes vinculadas, pelo presente acordo, a celebrar futuramente quaisquer negócios jurídicos.

### **Cláusula Nona**

#### **(Responsabilidade)**

- 9.1 A parte recetora ou coproprietários é responsável perante a parte emissora por quaisquer danos ou prejuízos, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, resultantes do incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações previstas neste acordo,

sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal em que incorra no caso, nos termos da Legislação Portuguesa aplicável.

- 9.2 Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação de quaisquer obrigações previstas no presente acordo por parte da parte recetora ou coproprietário lesante implica o pagamento à parte lesada, a título de Cláusula Penal, de montante que cubra os prejuízos causados, sem prejuízo de outros valores que possam ser peticionados.

### **Cláusula Décima**

#### **(Aproveitamento do acordo)**

- 10.1 Na eventualidade de qualquer cláusula deste Acordo ser considerada inválida por uma autoridade com jurisdição sobre o presente Acordo, essa cláusula deverá ser eliminada do presente Acordo, permanecendo inalteradas, válidas e vinculativas as demais cláusulas para as partes, na medida em que não são afetadas por tal eliminação.

### **Cláusula Décima Primeira**

#### **(Integridade do acordo)**

- 11.1 Este Acordo constitui o acordo integral e único entre as partes e substitui todas as negociações, representações, empreitadas e acordos anteriores celebrados entre as partes que possam ter existido, tanto na forma escrita como oral.
- 11.2 Alterações e variações a este Acordo efetuadas em qualquer das suas cláusulas não serão válidas, exceto se acordadas por escrito, devendo o respetivo instrumento ser assinado pelas respetivas partes ou por agentes devidamente autorizados e mandatados pelas mesmas.

### **Cláusula Décima Segunda**

#### **(Lei e Resolução de Litígios)**

- 12.1 O presente acordo é submetido à Lei Portuguesa.
- 12.2 Caso surja um diferendo ou litígio entre as Partes em matéria de interpretação, validade ou aplicação do presente Acordo, que as mesmas não consigam resolver de forma amigável, qualquer das Partes poderá submetê-lo a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro tribunal.
- 12.3 O tribunal arbitral será constituído e funcionará de acordo com as normas definidas pela Lei da Arbitragem Voluntária (Lei nº 63/2011) e será composto por três árbitros, sendo nomeados um por cada uma das Partes e um terceiro por cooptação destas. Na falta de acordo quando à designação do terceiro árbitro, será a sua designação efetuada pelo Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães, a requerimento de qualquer das Partes.

12.4 O processo de arbitragem correrá em Vila Real, em língua portuguesa, salvo acordo em contrário das partes no processo arbitral.

12.5 O tribunal arbitral e/ou o centro de arbitragem apreciarão os factos e julgarão de acordo com a Lei Portuguesa e das decisões por eles proferidas não caberá recurso.

Feito em \_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, em duplicado, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar.

Primeiro Outorgante:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Segundo Outorgante

\_\_\_\_\_